

A Didática Especial de Matemática na Universidade do Brasil: **recortes sobre a atuação de Eleonora Lobo Ribeiro**

Special Didactics of Mathematics at the University of Brazil: clippings on the performance of Eleonora Lobo Ribeiro

Flávia dos Santos Soares*

 ORCID iD 0000-0003-0869-0838

Resumo

O presente artigo apresenta resultados de uma investigação sobre a história da disciplina Didática Especial oferecida ao curso de Licenciatura em Matemática na Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi), da Universidade do Brasil em seus primeiros anos de funcionamento, nas décadas de 1940 e 1950. No texto, toma-se com ponto de partida a criação das primeiras universidades no Rio de Janeiro e os cursos voltados à formação do professor, destacando especialmente a Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Buscamos identificar e elucidar aspectos relacionados à atuação de Eleonora Lobo Ribeiro na docência da disciplina Didática Especial para o curso de Matemática na FNFfi no período em que o ensino da Didática começa a se especializar pelas diferentes áreas de conteúdo. Para tal análise, utilizamos a documentação disponível no Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade (Proedes), além de outros materiais de autoria de Eleonora Lobo Ribeiro, como artigos publicados no I Congresso Nacional de Ensino da Matemática e na revista *Escola Secundária*. Como resultado, foi possível elencar algumas das atividades da disciplina Didática Especial de Matemática, tópicos do programa de ensino e tarefas realizadas pelos licenciandos no campo de estágio.

Palavras-chave: Didática Especial de Matemática. Faculdade Nacional de Filosofia. Eleonora Lobo Ribeiro.

Abstract

This article presents the results of an investigation into the history of the Special Didactics discipline offered to the Mathematics Degree course at the Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) of the University of Brazil in its first years of operation in the 1940s and 1950s. In the text, the creation of the first universities in Rio de Janeiro and the courses aimed at teacher training are taken as a starting point, highlighting especially the National Faculty of Philosophy of the University of Brazil. We seek to identify and elucidate aspects related to the performance of Eleonora Lobo Ribeiro in teaching the subject of Special Didactics for the Mathematics course at FNFfi, in the period when teaching Didactics began to specialize in different content areas. For such analysis, we used the documentation available in the Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade (Proedes) in addition to other materials authored by Eleonora Lobo Ribeiro as articles published in the I Congresso Nacional de Ensino da Matemática and in the magazine *Escola Secundária*. As a result, it was possible to list some of the activities in the subject of Special Didactics of Mathematics, topics of the teaching program and tasks performed by undergraduate students in the internship field.

Keywords: Special Didactics of Mathematics. Faculdade Nacional de Filosofia. Eleonora Lobo Ribeiro.

* Doutora em Educação (PUC-Rio). Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. (UFF), Niterói, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: flaviadss@id.uff.br.

1 Introdução

O presente artigo apresenta resultados de uma investigação sobre a história da disciplina acadêmica *Didática Especial* oferecida ao curso de Licenciatura em Matemática na *Faculdade Nacional de Filosofia* (FNFi) da *Universidade do Brasil*¹.

A pesquisa teve como objetivo contribuir para a compreensão de como a área de Didática, por meio da disciplina de Didática Especial, atuou como *locus* de (co)formação de professores de Matemática nos primeiros cursos de Licenciatura do Brasil. O artigo não tem como foco uma análise geral da disciplina, mas uma análise pontual para a qual nos debruçamos sobre os anos iniciais de sua criação e o funcionamento na FNFi, especialmente no período em que foi lecionada pela professora Eleonora Lobo Ribeiro. O destaque para a figura da professora está em sua relação com início das atividades do Colégio de Aplicação (CAp) da Universidade do Brasil, nos final dos anos 1940, quando Eleonora Ribeiro fazia parte do quadro de professores assistentes de Didática Especial, ocupando-se das didáticas de Matemática e Física (ABREU, 1992).

A investigação valeu-se da utilização de fontes documentais datilografadas, elaboradas pela própria instituição investigada, disponíveis para consulta nos arquivos do *Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade*, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Proedes/UFRJ), bem como da legislação, de artigos de jornal e outros materiais, especialmente trabalhos publicados no *I Congresso Nacional de Ensino da Matemática* e na revista *Escola Secundária*.

Para localizar dados pessoais sobre Eleonora Lobo Ribeiro e um pouco de sua trajetória como professora, foi necessária uma consulta a jornais disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Por meio deles, foi possível recolher algumas poucas informações sobre Eleonora Lobo, já que não localizamos informações a seu respeito em outro tipo de fonte. Os números da revista *Escola Secundária* foram consultados na Biblioteca do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

As fontes primárias consultadas no Proedes são referentes às atividades do CAp. A documentação escrita à qual tivemos acesso está separada em pastas, cada uma delas associada a uma data e com breve descrição de seu conteúdo. O material é composto por folhas soltas, em bom estado geral de conservação, datilografadas, algumas com anotações a lápis e assinaturas a caneta. Em consulta ao inventário desse acervo específico, uma busca pela palavra

¹ Atual Universidade Federal do Rio de Janeiro.

“matemática” nos levou à documentos referentes a didática especial de Matemática e ao nome de Eleonora Lobo Ribeiro. Esse nome é o único vinculado à disciplina Didática Especial da Matemática presente nos documentos, além do nome do catedrático de Didática Especial do CAP, ao qual os professores das didáticas especiais eram vinculados.

Os principais documentos utilizados na pesquisa, embora depositados no mesmo acervo, pertencem a diferentes contextos de produção. Foi necessário que as fontes fossem isoladas e desfiguradas para se constituírem em “peças que preenchem lacunas de um conjunto, proposto *a priori*” (CERTEAU, 2002, p. 81). Entende-se aqui que essas fontes “estão na origem, constituem o ponto de partida, a base, o ponto de apoio da construção historiográfica que é a reconstrução, no plano do conhecimento, do objeto histórico estudado” e “enquanto registros, enquanto testemunhos dos atos históricos [...] é delas que brota, e nelas que se apoia o conhecimento que produzimos a respeito da história” (SAVIANI, 2004, p. 5-6).

É ainda na perspectiva de cultura escolar de Julia (2001) que buscamos compreender as normas que definem conhecimentos a ensinar e práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos, analisando-as e levando em conta os agentes “chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação” (JULIA, 2001, p. 11).

Neste artigo, inicialmente fazemos um breve percurso histórico sobre a criação das primeiras universidades no Rio de Janeiro e de que forma estava estruturada a formação do professor, destacando a presença ou não de disciplinas voltadas à prática pedagógica. Em seguida, debruçamo-nos sobre a *Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil* com o olhar para as ideias relacionadas à formação de professores e para o estabelecimento do *Colégio de Aplicação* como campo de estágio. Por fim buscamos identificar e elucidar aspectos da atuação de Eleonora Lobo Ribeiro na docência da disciplina de *Didática Especial* para o curso de Matemática na FNFfi.

O trabalho é fruto do interesse da autora, que leciona disciplinas voltadas ao campo da Prática de Ensino e Estágio Supervisionado, em continuidade a pesquisas anteriores sobre o professor de Matemática no Brasil, com destaque para o estudo de aspectos relacionados aos conteúdos matemáticos e demais elementos componentes de sua formação.

2 Sobre a criação das universidades no Rio de Janeiro²

Até as primeiras décadas do século XX, o Brasil ainda não possuía uma universidade, embora o Ensino Superior no País já existisse desde o século anterior. Como lembra Fávero (1980), o governo português procurou impedir de modo explícito a criação de instituições de ensino superior e de imprensa no Brasil até o século XVIII, temendo que se constituíssem no futuro como “focos ou instrumentos de libertação dos colonos” (FÁVERO, 1980, p. 33). Dessa forma, os primeiros cursos de Ensino Superior foram criados somente com a vinda de D. João VI para o Brasil no século XIX³.

Até 1934, as escolas de Engenharia e as escolas do Exército e da Marinha foram os principais núcleos difusores de Matemática superior no país (CASTRO, 1999). Para Schwartzman (1982, p. 12), não havia nessa época “um grupo socialmente significativo que visse na atividade científica um objetivo digno de ser buscado e perseguido por seus méritos próprios”.

No início do século XX, a comunidade científica começou a reagir à influência do positivismo (PAIM, 1982) no ensino científico da Escola Politécnica e a se articular em prol do desenvolvimento da ciência, que, por sua vez, estava ligada à necessidade da criação de uma universidade⁴. Em 1916, foi criada no Rio de Janeiro a *Academia Brasileira de Ciências* (ABC); em 1924, foi criada a *Associação Brasileira de Educação* (ABE). Essas duas instituições tiveram papel fundamental nas discussões nacionais a respeito da organização do sistema educacional e científico do país. Para Silva (1992), foi com a criação da ABC que surgiu pela primeira vez a “preocupação pela organização e manutenção de cursos de ciências a nível superior, bem como por desenvolver a cultura científica da nação” (SILVA, 1992, p. 135).

A primeira universidade criada no Brasil por determinação do governo federal foi a Universidade do Rio de Janeiro, em 1920 (ROMANELLI, 2001). Ela agregava três escolas existentes na cidade: a Faculdade de Direito, a Faculdade de Medicina e a Escola Politécnica.

² Não é nossa intenção realizar um amplo histórico sobre a implantação das universidades no Brasil. O objetivo é destacar alguns marcos das primeiras iniciativas de formação de professores em nível superior com vistas a compreender em que momento ocorreu a instituição de disciplinas de caráter metodológico como Didática e Prática de Ensino.

³ Uma das primeiras instituições de ensino criadas por D. João VI foi a Academia Real Militar, em 1808, que formava oficiais de artilharia e engenharia, bem como geógrafos e topógrafos. Em 1858, passou a chamar-se Escola Central; em 1874, foi transferida do Ministério do Exército para o Ministério do Império, com a denominação de Escola Politécnica, atendendo apenas a alunos civis.

⁴ Entendemos que a criação de faculdades e universidades no Brasil está cercada de condicionantes e fatores ligados a interesses de diversos grupos políticos que influenciaram o cenário educacional brasileiro. Para melhor compreensão desse panorama ver Paim (1982) e Fávero (1980).

Na década seguinte, com a *Reforma Francisco Campos*⁵, em 1931, a questão da universidade adquiriu conotação política e foi estabelecido o Ensino Superior no Brasil, a ser organizado segundo o sistema universitário (Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931). Dessa forma, a Universidade do Rio de Janeiro foi reorganizada em nove institutos de ensino⁶, dentre eles a Faculdade de Educação, Ciências e Letras. Como funções, a Faculdade de Educação, Ciências e Letras deveria ser responsável por ministrar o Ensino Superior de diversas disciplinas,

[...] com os objetivos de ampliar a cultura no domínio das ciências puras; de promover e facilitar a prática de investigações originais; de desenvolver e especializar conhecimentos necessários ao exercício do magistério; de sistematizar e aperfeiçoar, enfim, a educação técnica e científica para o desempenho profícuo de diversas atividades nacionais (BRASIL, 1931, Art. 196).

Para tanto, foi organizada em três seções (Art. 199): a) Seção de Educação, compreendendo “as disciplinas consideradas fundamentais e de ensino obrigatório para os que pretendam licença nas ciências da educação” (Art. 200); b) Seção de Letras, com “as disciplinas julgadas essenciais e de ensino obrigatório para os que pretendam licença em letras, filosofia, história e geografia e línguas vivas” (Art. 203); c) Seção de Ciências, compreendendo “as disciplinas pertinentes às matemáticas, à física, à química e às ciências naturais, [...] distribuídas em séries de estudo obrigatório para os que pretendam licença em ciências, matemática, físicas, químicas ou naturais” (Art. 201). A frequência e habilitação nos cursos da Faculdade de Educação e Letras confeririam os diplomas de “Licenciado em”, incluídos os diplomas em Ciências Matemáticas. O decreto termina sem oferecer mais informações sobre as bases nas quais deveria ser pautada a formação desses licenciados.

Em 1934, foi fundada a *Universidade de São Paulo (USP)* e nela a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, na qual instituiu-se a primeira escola de Matemática do Brasil.

Em 1935, em projeto idealizado por Anísio Teixeira, então secretário da Educação, foi criada a *Universidade do Distrito Federal (UDF)*, no Rio de Janeiro. Entre os objetivos da UDF estavam encorajar a pesquisa científica, literária e artística e promover a formação do magistério

⁵ Reforma educacional de caráter nacional, realizada no início da Era Vargas (1930-1945), sob o comando do então Ministro da Educação e Saúde, Francisco Campos.

⁶ O Art. 1 do Decreto de Decreto nº 19.852, de 11 de abril de 1931, indica os seguintes institutos que deveriam compor a Universidade do Rio de Janeiro: a) Faculdade de Direito; b) Faculdade de Medicina; c) Escola Politécnica; d) Escola de Minas; e) Faculdade de Educação, Ciências e Letras; f) Faculdade de Farmácia; g) Faculdade de Odontologia; h) Escola Nacional de Belas Artes; i) Instituto Nacional de Música. O Art. 2 acrescenta que “concorrerão para ampliar o ensino da Universidade do Rio de Janeiro, embora conservando organização técnico-administrativa independente, o Instituto Oswaldo Cruz, o Museu Nacional, o Observatório Astronômico, o Serviço Geológico e Mineralógico, o Instituto Médico Legal, o Instituto de Química, o Instituto Geral de Meteorologia, o Instituto Biológico de Defesa Agrícola, o Jardim Botânico, a Assistência a Psicopatas e quaisquer outras instituições de caráter técnico ou científico da Capital da República”.

em todos os graus. A UDF reunia o Instituto de Educação; a Escola de Ciências; a Escola de Economia e Direito; a Escola de Filosofia e Letras; o Instituto de Artes e outras instituições complementares “para experimentação pedagógica, prática de ensino, pesquisa e difusão cultural” (DISTRITO FEDERAL, 2009a, Art. 3, p. 175).

As instruções para funcionamento da UDF, publicadas em 12 de junho de 1935 (Art. 3), esclarecem que a Escola de Educação

[...] tem por fim concorrer como centro de documentação e pesquisa para a formação de uma cultura pedagógica nacional, promover a formação do magistério primário, geral e especializado, bem como contribuir para a formação do magistério de outros graus e de técnicos e profissionais de educação (DISTRITO FEDERAL, 2009b, p. 190).

Por sua vez, o ensino na Escola de Educação ficaria distribuído em nove seções, dentre elas as de “Prática de Ensino Elementar” e “Organização e Prática do Ensino Secundário e Normal”⁷. Era a Escola de Educação, juntamente com a Escola de Ciências, que oferecia o “Curso de Professor de Matemática” e que se encarregaria da formação do futuro profissional do magistério secundário.

Em 1937, a Universidade do Rio de Janeiro foi mais uma vez reestruturada e passou a ter a denominação de *Universidade do Brasil*, com a Lei nº 452, de 5 de julho de 1937. Em 1939, Getúlio Vargas extinguiu a UDF e uniu a Faculdade de Filosofia e Letras, a Faculdade de Ciências e a Faculdade de Política e Economia, que passaram a constituir a *Faculdade Nacional de Filosofia* (FNFfi) da Universidade do Brasil⁸.

Fávero (1989) faz alusão a “contratos de poder”, nos anos 1930, estabelecidos primeiramente entre a Igreja Católica e o governo, na figura dos Ministros da Educação e Saúde Pública (MESP). Tais contratos interferiram na destruição da UDF e na criação da FNFfi.

Por essa via, a Igreja se faz presente na vida nacional, sobretudo no campo da Educação e, de forma específica, no que se refere à questão universitária. Essa presença se torna patente não apenas nos “acordos”, entre representantes do clero católico e do MESP, através das barganhas, quando do preenchimento dos cargos públicos, mas na luta levada a efeito, com sucesso, por representantes da Igreja Católica contra os liberais (FÁVERO, 1989, p. 19).

Dessa forma, a autora entende a criação Faculdade Nacional de Filosofia como parte de uma “trama bem urdida pelos grupos hegemônicos e gestada desde o Governo Provisório no pós-30 até o dismantelamento da Universidade do Distrito Federal, em janeiro de 1939” (FÁVERO, 1989, p. 49).

⁷ Segundo o Decreto n. 19.890, de 18 de abril de 1931 que dispõe sobre a organização do ensino secundário, este estava organizado em dois cursos seriados: o fundamental, de 5 anos e o complementar, de 2 anos.

⁸ Para um estudo detalhado sobre a criação da Universidade do Brasil e da Faculdade Nacional de Filosofia, ver Fávero (1989, 2002).

Depois da fundação da Universidade do Brasil, aos poucos foram surgindo outras universidades no Rio de Janeiro e outros cursos de Matemática. Nos anos 1940, ao lado das instituições públicas, o setor privado também se abriu e surgiu então a primeira universidade particular do Brasil. A *Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro* teve origem com as Faculdades Católicas, em 1941, que inicialmente contavam com o curso de bacharelado da Faculdade de Direito e com os sete cursos da Faculdade de Filosofia (Filosofia, Letras Clássicas, Neolatinas e Neogermânicas, Geografia e História, Ciências Sociais e Pedagogia). Em 1946, por meio do Decreto nº 8.681, às Faculdades Católicas se uniu a Escola de Serviço Social, completando assim o mínimo estabelecido por lei para receberem o título de universidade. As críticas que seus dirigentes faziam ao caráter essencialmente “tecnicista e profissionalizante” dos cursos existentes em nível superior no país e a proposta de serem as Faculdades Católicas pensadas como “um centro de estudos superiores, nobres e desinteressados” (SALEM, 1982, p. 123) justificam o fato de os cursos técnicos estarem inicialmente fora das prioridades dos católicos. A Escola Politécnica da Universidade Católica foi implantada em 1948 a pedido de professores da Escola Nacional de Engenharia, em virtude do reduzido número de vagas que a escola podia ofertar (SALEM, 1982, p. 134). O curso de Licenciatura em Matemática só foi instituído mais tarde, em 1953 (WAGNER 1987 *apud* AUTRAN; LÜDKE, 2000).

3 A Faculdade Nacional de Filosofia e a formação de professores

Dentre as finalidades da *Faculdade Nacional de Filosofia* estava formar candidatos ao magistério secundário e normal. Essa função da universidade estava ligada à necessidade de preencher uma lacuna no desenvolvimento educacional do País, pois muitos dos professores do então Ginásio e das Escolas Normais não tinham preparo suficiente em relação ao conteúdo ou lhes faltavam requisitos didáticos e pedagógicos, já que parte deles era recrutada no magistério primário ou em carreiras liberais.

O curso de Matemática foi instituído dentro da Faculdade Nacional de Filosofia. Com isso, ao lado de São Paulo, o Rio de Janeiro tornou-se um importante centro de estudos matemáticos no País e a FNFi tornou-se modelo para as outras instituições.

O Curso de Matemática da FNFi era organizado em três anos e composto pelas seguintes disciplinas:

- Primeira série
- 1. Análise matemática
- 2. Geometria analítica e projetiva

3. Física geral e experimental
 - Segunda série
 1. Análise matemática
 2. Geometria descritiva e complementos de geometria
 3. Mecânica racional
 4. Física geral e experimental
 - Terceira série
 1. Análise superior
 2. Geometria superior
 3. Física matemática
 4. Mecânica celeste
- (BRASIL, 1939, Art. 10).

Para receber o título de licenciado, os interessados deveriam cursar três anos em sua unidade específica e posteriormente o Curso de Didática, que tinha duração de um ano e se constituía das disciplinas: Didática Geral; Didática Especial; Psicologia Educacional; Administração Escolar; Fundamentos Biológicos da Educação; Fundamentos Sociológicos da Educação (BRASIL, 1939, Art. 20).

Assim, somente com a criação da FNFi pode-se afirmar que “foi generalizado o paradigma de formação de professores em nível superior associado diretamente à criação de um curso de Didática e de uma disciplina acadêmica específica denominada Didática Geral” (FONSECA, 2015, p. 242). Com essa estrutura, “viam-se privilegiadas no curso de Didática as disciplinas de formação pedagógica: Fundamentos da Educação, Didática Geral e Especial. O curso investia-se do objetivo de equipar o professor de conhecimento técnico que permitisse a boa realização do ofício de ensinar” (FRANGELLA, 2000, p. 7).

Entretanto, desde o início da criação dos cursos de bacharelado e licenciatura, houve nítida separação entre conteúdo específico e formação pedagógica. “O professor secundário aparecia como um subproduto altamente especializado daquela instituição que visava, em primeiro lugar, promover a pesquisa” (SILVA, 2002, p. 104)⁹. Entretanto, essas duas áreas possuem concepções bem distintas do que é Matemática e do que deve ser priorizado em um curso destinado a formar professores de Matemática. Por um lado, a formação de um educador que dá aulas de Matemática; por outro, a formação de um matemático que dá aulas de Matemática (BERTONI, 1995).

Ao lado do curso de Didática, e com vistas a proporcionar uma sólida formação aos futuros professores, estava a criação de um “colégio de demonstração” junto à Faculdade

⁹ A responsabilidade pela formação de professores de Matemática esteve, desde sua gênese nos primeiros cursos de Licenciatura, dividida (de forma desigual) entre os Departamentos e Institutos de Matemática e as Faculdades de Educação, ou seja, os primeiros eram encarregados de ministrar as disciplinas ditas de “conteúdo específico” e a segunda, as disciplinas de “conteúdo pedagógico”. O que predominou durante muito tempo foi a estrutura 3+1, em que a maior parte do curso (e a que vem primeiro) é de formação exclusivamente matemática, sendo o último ano do curso destinado à prática de ensino e às disciplinas de caráter metodológico, que faz a distinção entre o curso de Licenciatura e o de Bacharelado em Matemática.

Nacional de Filosofia. Até então, o campo de prática eram os colégios particulares e o Colégio Pedro II, “o que nem sempre traduzia-se numa abertura total da escola [...], o que implicava [...] uma prática de minguido resultado, comprometendo o estágio inicial dos alunos-mestres, ponto alto de sua formação” (FRANGELLA, 2000, p. 7).

Em 1944, Lourenço Filho¹⁰ como diretor do INEP¹¹, encomendou os primeiros estudos para a implantação de colégios de demonstração vinculados às Faculdades de Filosofia (FRANGELLA, 2000). O Decreto-Lei nº 9.053, de 12 de março de 1946, criou um “ginásio de aplicação destinado à prática docente dos alunos matriculados no curso de Didática” (BRASIL, 1946, Art. 1) das Faculdades de Filosofia do País. No Rio de Janeiro, o colégio de demonstração da Faculdade Nacional de Filosofia foi criado em agosto de 1948.

Desde sua gênese, fica explicitado que a função precípua dos colégios de demonstração estava atrelada à melhoria da formação docente. [...]. Pioneiro no Brasil, o colégio [CAp] assume posição de referencial na formação docente, no desenvolvimento de práticas pedagógicas e no surgimento de outras escolas pautadas nos mesmos pressupostos. Seu primeiro diretor foi o professor Luiz Alves de Mattos, que foi fundamental para a sua instituição com seus estudos e sugestões que estabeleceram as primeiras orientações (FRANGELLA, 2000, p. 8).

Ainda segundo o Decreto, os ginásios de aplicação deveriam funcionar na própria sede da Faculdade ou em local próximo¹²; os cursos estabelecidos deveriam estar sujeitos à Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942¹³; e o cumprimento dos dispositivos do decreto nas faculdades federais ficaria sob a responsabilidade dos diretores das Faculdades de Filosofia.

Embora o Decreto estabelecesse a atenção à formação de professores como finalidade primeira para a criação dos ginásios de aplicação, essas escolas também tinham em seus objetivos a experimentação pedagógica e a demonstração. Procurava-se, por meio dessas três funções, “desenvolver alternativas metodológicas e difundi-las às demais escolas, promovendo, desse modo, sua renovação pedagógica” (FRACALANZA, 1982, p. 83).

¹⁰ Manuel Bergström Lourenço Filho (1897-1970) foi um educador brasileiro conhecido principalmente por seu envolvimento no movimento da Escola Nova. Era bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo e atuou como professor de Psicologia Educacional na UDF e depois na FNFi. Destacou-se por suas pesquisas no campo de Psicologia Educacional com os Testes ABC e por diversas participações junto ao Ministério da Educação, como na própria criação do INEP e, em 1948, na presidência da comissão especial designada para a elaboração do anteprojeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

¹¹ Órgão criado a partir do Instituto Nacional de Pedagogia, pelo Decreto-Lei nº 580, de 30 de julho de 1938. Teve como seu primeiro diretor o educador Lourenço Filho, que ficou no cargo de 1938 a 1945.

¹² O Colégio de Aplicação da FNFi funcionou inicialmente nas dependências da Fundação Getúlio Vargas, na Praia de Botafogo, 186. Na década de 1960, já funcionava na atual localização, na Rua J. J. Seabra, s/n, no bairro do Jardim Botânico.

¹³ Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942.

4 Eleonora Lobo Ribeiro e sua atuação na Faculdade Nacional de Filosofia

Segundo Garcia (1995), a forma como a Didática foi regulamentada reuniu em uma mesma cadeira a Didática Geral e a Didática Especial, não havendo propriamente, nesses tempos pioneiros, diferenciação entre os dois campos. Os depoimentos coletados por Garcia (1995) indicam que essas disciplinas eram dadas por um único professor que “ministrava um conteúdo de caráter genérico em que não se distinguem as questões relativas ao ensino e à aprendizagem das diferentes áreas ou matérias de estudo; quando muito, a Didática Especial se resumia a um elenco de técnicas e métodos de natureza indistinta” (GARCIA, 1995, p. 79).

Já nos anos 1950 e 1960, “o ensino da Didática começa a se especializar pelas diferentes áreas de conteúdo, formando-se assim propriamente as equipes de Didática nessas instituições” (GARCIA, 1995, p. 80). Nesse caso, “o recrutamento desses professores fez-se [...] pelo convite a ex-alunos que se destacavam nas diferentes Licenciaturas, passando esses à condição de professores assistentes na cadeira de Didática Geral e Especial” (GARCIA, 1995, p. 80). Na visão de Abreu (1992, p. 75), “o Colégio de Aplicação se destacou realmente por recrutar professores entre os mais preparados intelectualmente e com maior capacidade de liderança, ou seja, por reunir um corpo docente de elite”.

*Eleonora Lobo Ribeiro*¹⁴ formou-se em Matemática na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil em uma das primeiras turmas do curso, tendo colado grau em 1944¹⁵. Durante o curso, foi contemporânea de *Maria Edmée de Andrade*¹⁶ e de *Manoel Jairo Bezerra*¹⁷. Em 1948, foi selecionada em 2º lugar dentre os ex-alunos do curso de Licenciatura para reger a cadeira de Matemática do curso Clássico no Colégio de Aplicação, como comprovam alguns documentos (Figura 1).

¹⁴ Um artigo do *Correio da Manhã* de 1936 (A Solenidade de ontem no gymnásio Vera Cruz) que noticia a cerimônia de distribuição de diplomas aos concluintes do curso ginásial do Gymnasio Vera Cruz informa que Eleonora Lobo era filha do coronel do Exército Emygdio Ribeiro e de Evangelina Lobo Ribeiro. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_04&pesq=%22Eleonora%20Lobo%20Ribeiro%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=37384. Acesso em: 20 out. 2021.

¹⁵ *Diário de Notícias*, 01 de fevereiro de 1944. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_02&pesq=%22Eleonora%20Lobo%20Ribeiro%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=17153. Acesso em: 21 out. 2021.

¹⁶ Maria Edmée de Andrade Jacques da Silva, no ano de 1960, teve o livro *A Didática da Matemática no Ensino Secundário* como vencedor no 3º concurso de monografias realizado pela *Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário*.

¹⁷ Manoel Jairo Bezerra (1920-2010) foi professor de Matemática de vários colégios do Rio de Janeiro, entre eles o *Colégio Pedro II* e o Instituto de Educação; foi um dos criadores do projeto *João da Silva*, primeiro Curso Supletivo de teleeducação do Brasil, produzido na década de 1970. É conhecido como autor de vários livros didáticos, dentre os quais o *Curso de Matemática para o primeiro, segundo e terceiro anos dos cursos Clássico e Científico*, conhecido por muitos como “tijolão”. Atuou também em cursos para professores pela Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário – Cades e escreveu para as revistas *Escola Secundária* e *Atualidades Pedagógicas*.

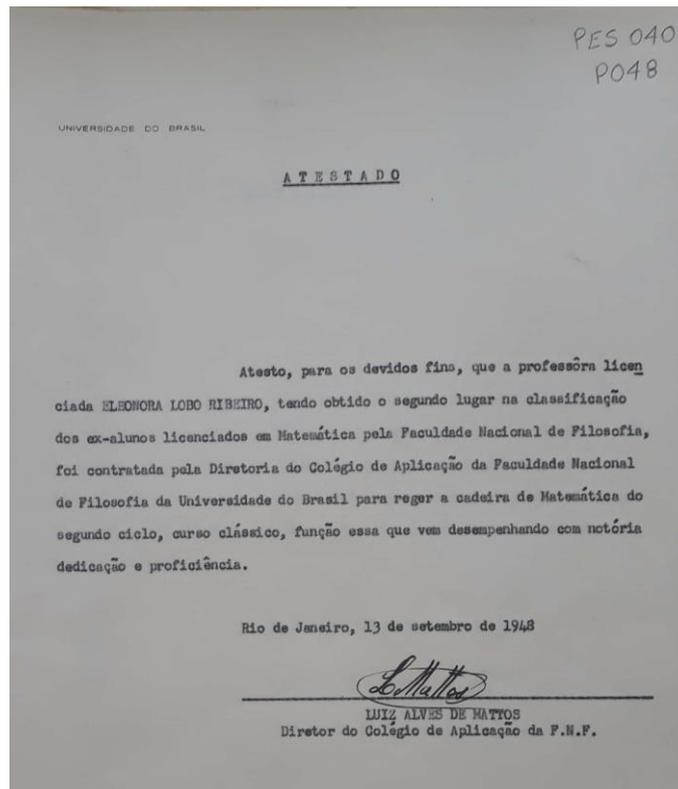


Figura 1 – Atestado de contratação de Eleonora Lobo Ribeiro
Fonte: Proedes¹⁸ (2019)

Em sua trajetória profissional, Eleonora Lobo Ribeiro foi designada pelo Departamento de Educação Técnico Profissional e pela Secretaria de Educação para trabalhar em diversas escolas cariocas¹⁹, entendendo-se que pela via de concurso público. Atuou em escolas de referência da prefeitura do Distrito Federal (Rio de Janeiro), como a E.T. Orsina da Fonseca, a E.T. Rivadávia Correia, o Colégio Amaro Cavalcanti, o Instituto de Educação e a Escola Normal Carmela Dutra, dentre outras.

Até seu falecimento em setembro de 1968²⁰, tem-se notícias de sua participação ativa em debates²¹ sobre o ensino de Matemática a partir de registros de experiências como regente

¹⁸ Documento CAP_P048_PES 040.

¹⁹ *Correio da Manhã*, 17 de dezembro de 1947 Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&pesq=%22Eleonora%20Lobo%20Ribeiro%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=39391. Acesso em: 21 out. 2021; *Correio da Manhã*, 31 de março de 1950.

Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pesq=%22Eleonora%20Lobo%20Ribeiro%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=1681. Acesso em: 21 out. 2021.

²⁰ Notas comunicando o falecimento e a missa de 7º dia foram publicadas em jornais como o *Correio da Manhã* de 14 de setembro de 1968, entre outros. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_07&pesq=%22Eleonora%20Lobo%20Ribeiro%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=95523. Acesso em: 21 out. 2021.

²¹ Eleonora Lobo Ribeiro também foi signatária do documento intitulado “Manifesto de 529 educadores”, uma das moções de apoio e de solidariedade de cientistas e professores endereçada a Anísio Teixeira após sua Conferência “A Escola pública universal e gratuita”, em setembro de 1956, realizada no Congresso Estadual de Educação do Estado de São Paulo, na qual Anísio Teixeira foi criticado, em particular pela Igreja e por educadores católicos.

de turmas no CAP e na Faculdade Nacional de Filosofia, na qual ministrou aulas de Didática Especial para as turmas de licenciatura em Matemática, além de sua participação em congressos e na escrita de artigos.

Coube ao professor Luiz Alves de Mattos, então diretor do Colégio de Aplicação e catedrático de Didática Geral da FNFi, escolher seus assistentes, os professores de Didática Especial, que se tornaram chefes dos setores curriculares do Colégio. Na seleção, “levava-se em conta a competência específica na área de conhecimento, a vocação para o ensino e o interesse na utilização de novos métodos pedagógicos” (ABREU, 1992, p. 75).

Por sua vez,

cabia aos professores de Didática Especial, além de selecionar os regentes das diferentes disciplinas, orientá-los no que se refere ao planejamento, desenvolvimento e reajustamento dos programas e, particularmente, no tocante à técnica de ensino e aos problemas específicos de orientação metodológica. Deveriam também orientá-los no manejo da classe, nos processos de apuração de rendimento e nos critérios de julgamento, assim como na condução da prática de ensino dos alunos mestres da FNFi (ABREU, 1992, p. 76).

Era Eleonora Ribeiro quem assinava os planos de curso de Física (curso científico) e Geometria (curso clássico) a serem implementados no CAP, conforme documentação²² disponível no Proedes. Dessa forma, o trabalho da disciplina Didática Especial da Faculdade Nacional de Filosofia era se integrar à proposta que deveria ser implementada na escola secundária.

Durante as atividades de observação e prática no Colégio de Aplicação,

os futuros professores eram introduzidos nos segredos da moderna técnica de ensino, debatendo seus problemas, observando as aulas do colégio, participando na condução dos trabalhos e, por fim, assumindo a direção de um determinado número de aulas da sua especialidade, sempre acompanhados, orientados e criticados pelos professores regentes. Pelo regulamento do colégio, somente 40% do total de aulas do ano letivo poderiam ser utilizados para a prática de ensino, ficando os 60% restantes sob a responsabilidade dos professores regentes, mais experimentados. Era nesse estágio que o licenciando se iniciava no ensino, aprendendo a planejar suas aulas, desenvolver seu tema e transmitir aos alunos o conteúdo da matéria. No fundo da sala, o professor regente anotava todas as suas falhas didáticas. Terminada a aula, seguia-se uma longa entrevista a dois, na qual eram analisados e discutidos todos os aspectos significativos do conteúdo e do método utilizado, culminando com o julgamento e as recomendações necessárias para o bom desempenho nas próximas aulas (ABREU, 1992, p. 76-77).

Em 1948, “a fim de garantir critério uniforme na avaliação e julgamento dos relatórios da prática de ensino” (Documento CAP P013_COE_495), os professores assistentes receberam uma circular indicando alguns itens a serem observados levando em consideração as aulas dadas pelos licenciandos nas turmas do Colégio de Aplicação (Figura 2).

²² Documento CAP ENS 033_P033.

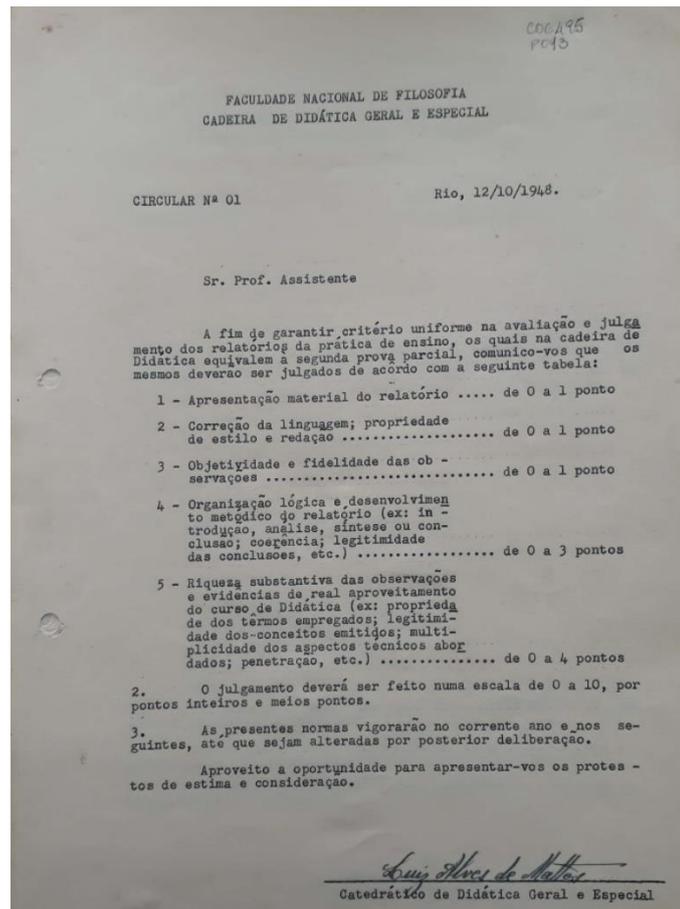


Figura 2 – Circular nº 1
Fonte: Proedes²³ (2019)

Das atividades do curso Didática Especial de Matemática e Física, trazemos aqui informações de um relatório do ano de 1949. O programa a ser cumprido em 20 horas teóricas estava dividido em duas partes: Didática Especial e Didática Geral. A seguir listamos os tópicos trabalhados na Didática Especial de Matemática.

Didática Especial²⁴

Unidade I: VALOR E OBJETIVOS DO ENSINO DA MATEMÁTICA

- 1 – Valor e importância dos estudos de Matemática na cultura e na vida contemporânea.
- 2 – A contribuição específica dos estudos de Matemática para a consecução dos objetivos gerais da escola secundária.
- 3 – Objetivos imediatos do ensino de Matemática no curso secundário.

Unidade IV: O PLANEJAMENTO DO ENSINO DA MATEMÁTICA PARA O CURSO SECUNDÁRIO

- 1 – O plano de curso para o ensino de Matemática no curso secundário: técnica de elaboração.
- 2 – O plano de aula para o ensino da Matemática no curso secundário: técnica de elaboração.
- 3 – Problemas específicos de planejamento do ensino da Matemática e de sua aplicação no curso secundário. [...]

²³ Documento CAP P013_COE_495.

²⁴ Fonte: Proedes. Documento CAP_P065_LIC 089.

Unidade VII: RECURSOS E PROCEDIMENTOS ESPECÍFICOS DE DIREÇÃO TÉCNICA DA APRENDIZAGEM DA MATEMÁTICA NO CURSO SECUNDÁRIO

- 1 – O compêndio de Matemática: critérios de seleção e normas práticas de sua utilização.
- 2 – O material didático especializado para o ensino da Matemática no curso secundário.
- 3 – Os cadernos de notas e exercícios dos alunos: técnica de orientação, inspeção, correção, julgamento.
- 4 – O estudo dos alunos e sua orientação.
- 5 – A sala ambiente de Matemática: sua organização e funcionamento.

Unidade VIII: FIXAÇÃO DA APRENDIZAGEM DA MATEMÁTICA NO CURSO SECUNDÁRIO

- 1 – Os exercícios em Matemática: sua orientação e procedimentos técnicos.
- 2 – As tarefas ou deveres em Matemática e sua técnica.
- 3 – Os critérios e procedimentos de verificação de aprendizagem da Matemática no curso secundário.

OBSERVAÇÕES: As unidades IV, VIII e o item 2 (O problema da motivação da aprendizagem da Matemática na adolescência e procedimentos de técnica motivadora), da Unidade V: A APRENDIZAGEM DA MATEMÁTICA NA ADOLESCENCIA E SEUS PROBLEMAS ESPECÍFICOS, foram dadas como particularização, respectivamente, das Unidades V, VIII e VII de DIDÁTICA GERAL.

Nota-se que, nesse programa, não constam as unidades II, III, V, VI e IX. Esses tópicos, ao que parece, foram “recortados” de uma proposta maior composta por nove unidades²⁵ de anos anteriores, que incluíam temas como, por exemplo, “Evolução histórica do Ensino da Matemática”. A observação ao final explica que alguns temas foram tratados como parte do programa de Didática Geral. Supostamente, houve necessidade de adaptar o programa ao tempo de aula disponível naquele semestre letivo.

No semestre em questão, os “TRABALHOS PRÁTICOS”²⁶ ocuparam 136 horas do curso, que foram distribuídas em:

- 1)- estudo dirigido na 1ª e 2ª série do curso ginásial de CAP.
- 2)- observações coletivas com relatório.
- 3)- observação de aulas dadas por colegas com críticas por escrito.
- 4)- organização de provas e testes.
- 5)- aplicação de provas e testes e correção dos mesmos.
- 6)- crítica e análise dos programas de Matemática para os dois ciclos e de Física, que é só do 2º ciclo.
- 7)- crítica de 3 livros didáticos do 1º ciclo e 2 livros do 2º ciclo de Matemática e crítica de dois livros de Física, todos estes livros foram criticados em todas as séries.
- 8)- confecção por cada grupo de dois alunos de um plano do 1º ciclo e um plano do 2º ciclo, tendo sido feitos planos para todas as séries.
- 9)- confecção de fichas de aulas por cada aluno.
- 10)- crítica, análise e comentários coletivos sobre as aulas práticas.

OBSERVAÇÃO: estes trabalhos foram em geral feitos por grupos de dois alunos, com exceção de alguns pessoais, como fichas de aulas, crítica por escrito de aulas de

²⁵ Programas de ensino dos anos de 1945 e 1947 elaborados por Luiz Alves de Mattos. Fonte: Proedes. Documento CAP_P062_LIC 011 e CAP_P062_LIC 012.

²⁶ Fonte: PROEDES. Documento CAP_P065_LIC 089.

colegas, confecção de uma prova mensal.

Ainda no relatório do ano de 1949, Eleonora Lobo Ribeiro explicou que cada aluno deu 18 aulas nas diferentes turmas do CAP, passando todos pelos dois ciclos.

Como reforça Frangella, o “grande mote da criação do CAP é a formação de professores, em torno da qual se estruturam todas as atividades do colégio”. Para a autora, “é possível observar a construção de uma lógica de formação de professores em que a experiência de ser professor e as orientações didáticas são valorizadas” (FRANGELLA, 2000, p. 11).

Isso, a nosso ver, fica posto pelos itens do programa da disciplina Didática Especial que valorizam o planejamento, os recursos, os procedimentos e as tarefas solicitadas aos alunos na parte prática. No relatório já citado, Eleonora Lobo destacou que os licenciandos “familiarizaram-se tanto com os alunos em estudos dirigidos etc. que, quando entravam em sala para as aulas práticas, pareciam regentes da turma” (Documento CAP_P065_LIC 089, p. 5).

Assim como as experiências de outras universidades do país (FERNANDES; ARAÚJO; COSENZA, 2019), percebe-se que boa parte do programa era voltado a discussões ligadas à atuação do professor, com destaque aos objetivos do ensino, ao planejamento e ao material didático.

Era esse saber que o futuro professor deveria adquirir.

A preocupação com desenvolvimento de métodos que permitissem desenvolvimento/aprimoramento do *como ensinar* são os eixos centrais no projeto construído. Inaugura-se uma nova preocupação: o domínio docente não só do *o que ensinar*, mas também do *como fazê-lo* (FRANGELLA, 2000, p. 11, grifos do autor).

As experiências realizadas no Colégio de Aplicação da Faculdade Nacional de Filosofia, o trabalho com os licenciandos e as propostas de programa para a escola secundária foram objeto da comunicação apresentada por Eleonora Lobo Ribeiro no *I Congresso Nacional de Ensino da Matemática*, realizado em 1955.

Na década de 1950, os Congressos Nacionais de Ensino foram alguns dos primeiros locais para discussão de novas direções e propostas relacionadas à metodologia, ao treinamento e formação de professores, aos currículos e materiais didáticos, entre outros. Nesse ambiente, “os professores tiveram espaço para divulgar suas experiências e para propor novas atividades que pudessem ajudar os alunos a entender melhor a Matemática, o que contribuiria também para o trabalho do professor” (SOARES, 2008, p. 735).

O I Congresso Nacional de Ensino de Matemática no Curso Secundário ocorreu em setembro de 1955, na cidade de Salvador (Bahia), e teve como objetivo tratar de assuntos mais diretamente ligados ao ensino de Matemática, como programas, livro de classe e “tendências modernas do ensino”, além dos problemas ligados ao aperfeiçoamento dos professores de

Matemática. Alguns trabalhos questionavam quais deveriam ser os objetivos da escola secundária e do ensino de Matemática, “refletindo a insatisfação dos educadores com o ensino tradicional e convocando os professores a refletirem sobre sua prática docente” (SOARES, 2008, p. 735).

Em sua tese, *A escola secundária e a Matemática*, Eleonora Lobo Ribeiro tratou das finalidades e dos objetivos da escola secundária e da responsabilidade da Matemática, explicitando as causas do fracasso do seu papel na educação. Em sua fala, destacou que o ensino da Matemática, “por seu caráter abstrato, tem sofrido grandes deformações, pois mais frequentemente é desvirtuado do seu verdadeiro sentido” (RIBEIRO, 1957a, p. 50). Nesse sentido, ela destacou:

Urge, portanto, que os educadores se libertem da preocupação exagerada e, por vezes, a única de que estão possuídos, pelo conteúdo da matéria, tendo como objetivo apenas habilitar o aluno nas demonstrações dos teoremas, sem explorar algo mais elevado, sem fazer com que o aluno “viva” o ensino; isto resulta em desilusão e descrédito do adolescente por não assimilar os conhecimentos ministrados e fracassar na vida prática, o que é uma consequência do caráter formal imprimido à matemática. Os professores se deixam levar, entusiasmados, pela beleza da matéria que já tiveram a facilidade de sentir e querem que os alunos tenham maturação para os acompanhar. Daí decorre a aversão por parte dos educandos pela Matemática (RIBEIRO, 1957a, p. 52).

Para Eleonora Lobo, a escola secundária não estava atendendo às suas finalidades “por não ter ainda conseguido estabelecer a correspondência biunívoca entre *ensino e aprendizagem*” (RIBEIRO, 1957a, p. 57, grifos da autora), e a “impossibilidade de adequação do ensino e da modificação pela aprendizagem, em Matemática, [...] não se está realizando por causa dos *métodos empregados, do programa atual e do estudo do aluno*” (RIBEIRO, 1957a, p. 57, grifos da autora).

Quanto aos métodos, Eleonora Lobo afirmou que era necessário que os professores de Matemática substituíssem “no seu vocabulário o verbo *assistir* pelo verbo *participar*” (RIBEIRO, 1957a, p. 57, grifos da autora). Disse ainda que a tendência moderna do ensino era encarar os métodos como sendo recursos didáticos, “que são maneiras didáticas do professor intercalando aqueles diferentes métodos, em função das imposições psicológicas, intelectuais, sociais, biológicas dos educandos de cada turma” (RIBEIRO, 1957a, p. 61), sendo eles condenados quando não levam à participação ativa da classe.

Eleonora Lobo destacou ser necessário que o educando estudasse e soubesse estudar. Comentou que a escola tem falhado no que diz respeito à fixação da aprendizagem, obtendo falsos resultados quanto à sua verificação. A atenção parecia estar também no preparo técnico dos professores “para selecionarem os melhores recursos didáticos aplicando-os através de adequados planejamentos, motivações, manejos e orientações de classe, com emprego de

material didático, linguagem didática e ação didática em classes convenientes” (RIBEIRO, 1957a, p. 74) e nos programas, que precisam ser melhorados. Segundo Eleonora Lobo, se os docentes “não atentarem para a grande responsabilidade da fixação hoje encarada como reelaboração do conhecimento e informações, feitas pelo próprio aluno sob segura orientação, então falhará a verificação da aprendizagem” (RIBEIRO, 1957a, p. 74).

Quanto ao programa, Eleonora Lobo relatou que ela, na ocasião professora assistente de Didática Especial de Matemática, e a equipe de professores que atuavam como regentes das turmas do CAP (licenciados pela Faculdade Nacional de Filosofia), a pedido do catedrático de Didática Geral e Especial, Luiz Alves de Mattos, se propuseram, “em examinando a realidade”, a apresentar melhorias no programa para que “de experiência em experiência” pudessem chegar à correspondência biunívoca defendida, “como o tema musical de uma partitura” (RIBEIRO, 1957a, p. 61).

No relato apresentado no Congresso, foram citados como regentes de turmas no CAP os professores(as) Anna Averbuch²⁷, Sylvia Barbosa, May Lacerda de Brito Monnerat, Cléa Xavier Ballarin e Luiz Adauto Justa Medeiros²⁸. Na comunicação, Eleonora Lobo explicou que os professores se reuniram e resolveram criticar o programa aproveitando o que atendia à realidade atual, eliminando o que não atendesse, “mudando a ordem dos assuntos e acrescentando, talvez, um ou outro ponto” (RIBEIRO, 1957a, p. 62).

Na FNFi, Eleonora Lobo estava encarregada da disciplina Didática Especial ministrada para os(as) alunos(as) dos cursos de Matemática e de Física. Os(as) licenciandos(as) de Matemática se organizavam em dois grupos: no grupo A, Joaquim Fernando G. Pinheiro, Mery Silberman, Roberto B. Silvaes e Estela Kaufman²⁹; no grupo B, Dulce Borges Duarte Cardoso, Martha Sampaio Antunes Maciel, Mauro Antônio Moreira Pinto e Rodolpho Guilherme Pedreiro. Outros quatro alunos formavam um único grupo dos estudantes de Física.

A comunicação traz um pouco de como era o trabalho com os licenciandos. As aulas no CAP eram às terças, quintas e sábados. Os grupos A e B alternavam os horários das atividades

²⁷ Uma das co-autoras da *Coleção Curso Moderno de Matemática para o Ensino de 1º Grau* associada ao GRUEMA – Grupo de Ensino de Matemática Atualizada, do qual faziam parte Anna Franchi, Franca Cohen Gottlieb, Lucília Bechara Sanchez e Manhucia Perelberg Liberman.

²⁸ Licenciado em Matemática pela Universidade do Brasil em 1951. Doutor em Matemática e professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

²⁹ Licenciada pela Universidade do Brasil em 1955, mestre e doutora também pela UFRJ. Atuou como professora da educação básica no Colégio Estadual André Mourão no Rio de Janeiro, além de outras instituições de ensino superior, como a Universidade Santa Úrsula, onde fez parte do corpo docente do primeiro curso de Mestrado em Educação Matemática do estado. Foi uma das sócias fundadoras da Sociedade Brasileira de Educação Matemática e do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Matemática (Gepem). Faleceu em 2015.

realizadas, ou seja, entre as aulas teóricas e os trabalhos práticos. A proximidade dos horários nos leva a entender que as aulas teóricas de Didática Geral e Didática Especial eram ministradas dentro da escola (Figura 3), como também aponta Silva (2002)³⁰.

HORÁRIO DO GRUPO A				HORÁRIO DO GRUPO B			
	TERÇAS	QUINTAS	SABADOS		TERÇAS	QUINTAS	SABADOS
7.30 / 8.20	Estudo dirigido 1.ª série ginásial	Observação ou trabalho prático	Aula de Didática Especial	7.30 / 8.20			Aula de Didática Especial
8.25 / 9.15	Aula de Didática Geral	Aula de Didática Geral	Aula de Didática Especial	8.25 / 9.15	Aula de Didática Geral	Aula de Didática Geral	Aula de Didática Especial
9.15 / 9.35	INTERVALO			9.15 / 9.35	INTERVALO		
9.35 / 10.25	Aula de Didática Especial	Estudo dirigido 3.ª série ginásial	Pré-prática	9.35 / 10.25	Aula de Didática Especial	Observação ou trabalho prático	Pré-prática
				10.30 / 11.20	Estudo dirigido 4.ª série ginásial	Estudo dirigido 2.ª série ginásial	

Figura 3 – Horários dos licenciandos
Fonte: RIBEIRO (1957b, p. 243)

Ainda no texto da comunicação, há registros das atividades que nos possibilitam entender melhor a dinâmica entre professores e licenciandos.

[...]

- 3 – Os licenciandos observaram aulas dos regentes do C.Ap. e debateram com a assistente as suas observações.
- 4 – Cada grupo fez críticas em conjunto de dois livros didáticos relativamente às séries e à matéria dos estudos dirigidos que organizavam e orientavam.
- 5 – Cada licenciando de Matemática e Física apresentou um plano de curso com as críticas referidas anteriormente e constituíram trabalho para a nota do 1º estágio.
- 6 – Cada licenciando [...] antes de dar a sua 1ª aula no C.Ap. realizou [...] uma pré-prática sobre assunto de Matemática escolhido pela assistente entre as mais dedicadas da apresentação no curso ginásial (RIBEIRO, 1957b, p. 245).

Nos itens elencados pode-se notar: a prática da observação das aulas no CAP; a posição intermediária do licenciando, que dialoga tanto com o professor regente da turma quanto com a professora de Didática Especial; a leitura e análise de materiais didáticos para subsidiar a confecção dos planos de curso e para elaborar os estudos dirigidos; e a importância dada à *performance* dos licenciandos, que deveriam praticar a aula “com a presença de alguns regentes e de todos os seus colegas” (RIBEIRO, 1957b, p. 245) para posteriormente serem avaliados para nota segundo critérios como os da Figura 2, já apresentados.

Em continuidade às discussões postas no I Congresso de Ensino de Matemática, outras atividades foram realizadas por Eleonora Lobo, desta vez sob os auspícios da Cades.

A *Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário* (Cades) foi criada pelo Decreto nº 34.638, de 14 de novembro de 1953, em um contexto de precariedade das

³⁰ As demais disciplinas que compunham o curso de Didática eram ministradas no prédio da FNFi.

escolas secundárias brasileiras, para as quais poucos professores tinham formação de nível superior. A Campanha, criada no governo de Getúlio Vargas, tinha como objetivo “difundir e elevar o nível do ensino secundário, ou seja, tornar a educação secundária mais ajustada aos interesses e necessidades da época, conferindo ao ensino eficácia e sentido social” (BARALDI; GAERTNER, 2013, p. 4.820).

Para tanto, no campo de atividades da Cades foram promovidos cursos e estágios de especialização e aperfeiçoamento para professores, técnicos e administradores de estabelecimentos de ensino secundário, dentre outras ações. Eleonora Lobo teve participação em conferências para professores, como se pode deprender do anúncio a seguir (Figura 4).

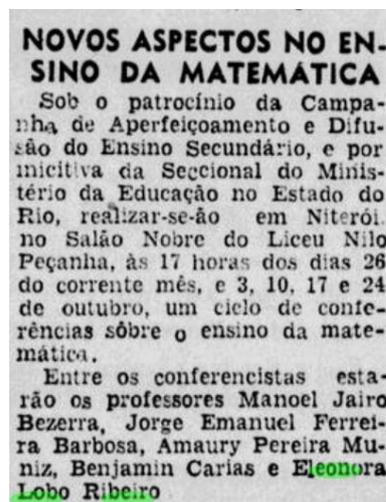


Figura 4 – Anúncio de curso da Cades
Fonte: O JORNAL (1959)

A publicação de periódicos e manuais destinados à formação dos professores também fazia parte do âmbito de atuação da Cades. Dentre as publicações da Campanha estava a *Escola Secundária*, cujo primeiro número foi lançado em junho de 1957, como uma revista trimestral, editada em conjunto com a Diretoria do Ensino Secundário e o MEC, estruturando-se como uma instância formadora de professores (FRANGELLA, 2003). E, já que estava entre as competências da Cades “divulgar atos, experiências e iniciativas julgadas de interesse ao ensino secundário” (BRASIL, 1953, Art. 3), a revista toma como referência a matriz curricular proposta para a formação de professores pela Faculdade Nacional de Filosofia, em seu Colégio de Aplicação (FRANGELLA, 2003).

Gildásio Amado³¹ ocupava o lugar de diretor do Ensino Secundário, José Carlos de

³¹ Gildásio Amado (1906-1983) era médico por formação e ocupou diversos cargos na administração pública; lecionou no magistério secundário e superior. Foi catedrático de Química do Colégio Pedro II e professor na Universidade do Rio de Janeiro e na FNFi. Ocupou o cargo de diretor do Ensino Secundário do MEC até 1968.

Mello e Souza³², o de coordenador da Cades e Luiz Alves de Mattos, o de redator-chefe da revista. No primeiro número foi noticiado seu propósito de ser uma revista de orientação didática e técnica que visava

colocar ao alcance dos administradores e mestres de todo o Brasil um seguro instrumento de informação e de divulgação das mais importantes realizações e experiências de educadores brasileiros ou estrangeiros, que possibilitem elevação do índice de rendimento do ensino de grau médio em nosso país³³.

Na escrita dos artigos da revista,

os professores regentes do CAP e os assistentes da cadeira de Didática da Faculdade Nacional de Filosofia eram os grandes colaboradores [...]. Enquanto espaço por excelência de adequada formação docente, o CAP vê sua ação amplificada através da revista. Na verdade, a revista reveste-se do papel de polo irradiador das experiências implementadas no CAP, com a intenção explícita de difundir e tornar cotidiano o uso das técnicas e métodos lá aplicados. [...] Os diversos artigos publicados versavam sobre técnicas e métodos de ensino, o uso adequado de algum material, confecção de material didático, como planejar ou desenvolver um conteúdo específico, além de currículos e programas das matérias de ensino (FRANGELLA, 2003, p. 4).

Dentre os 19 números da revista publicados em 1957 e 1963, quatro foram de autoria de Eleonora Lobo Ribeiro (Quadro 1).

n. 1 – jun./1957	A Matemática na escola secundária
n. 3 – dez./1957	Plano de curso de Matemática
n. 5 – jun./1958	A demonstração matemática na educação do adolescente
n. 10 – set/1959	Programa de Matemática para as classes experimentais do Colégio de Aplicação da FNFi

Quadro 1 – Artigos da revista Escola Secundária de autoria de Eleonora Lobo Ribeiro

Fonte: A autora (2021)

Embora nenhum dos textos trate diretamente da disciplina Didática Especial, todos estão alinhados com as atividades de Eleonora Lobo na FNFi e no Colégio de Aplicação, onde atuava com os licenciandos. Destacamos brevemente qual o foco de cada um deles.

O artigo *A Matemática na Escola Secundária*, publicado no nº 1, de 1957, abordou uma parte do trabalho apresentado no I Congresso Nacional de Ensino da Matemática já comentado anteriormente. Eleonora Lobo levou ao Congresso uma proposta de programa para as disciplinas do 1º ciclo do ensino secundário (as quatro séries do curso ginásial), mas, segundo ela, por falta de tempo, não foi apresentado um programa para o curso o 2º ciclo, ou seja, para os cursos científico e clássico. O artigo publicado no nº 3 da revista apresenta o programa para a 3ª série do científico utilizado no ano de 1957. O texto apresentado no nº 5 da revista discorreu

³² José Carlos de Mello e Souza (1905-1990) era engenheiro, professor e irmão de Júlio César de Mello e Souza, conhecido pelo pseudônimo Malba Tahan. Foi um dos responsáveis pela instituição do curso de mestrado em Educação Matemática e fundador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Matemática (Gepem), ambos na Universidade Santa Úrsula, no Rio de Janeiro.

³³ ENSINO secundário lança revista pedagógica. Diário da tarde, Rio de Janeiro, 03 de janeiro de 1958. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pesq=%22Eleonora%20Lobo%20Ribeiro%22&pagfis=91502>. Acesso em: 21 out. 2021.

sobre a importância de “ensinar o educando a pensar e então formá-lo e não apenas informá-lo” (RIBEIRO, 1958, p. 71) e daí o papel das demonstrações no ensino da Matemática. Por fim, o último texto publicado por Eleonora Lobo na revista *Escola Secundária* apresentou um programa para o curso ginasial a fim de contemplar a proposta das classes experimentais, iniciadas no colégio no ano de 1959. Nesse caso, a autora pediu a colaboração dos leitores para que enviassem críticas, sugestões e opiniões sobre o programa para que ele fosse melhorado. Eleonora Lobo justificou a não participação da equipe no III Congresso de Matemática, ocorrido em julho de 1959, justamente pelo fato de o programa ainda não ter sido experimentado e, assim, não ter resultados concretos a serem apresentados.

5 Considerações finais

Como dito anteriormente, no início da configuração dos cursos voltados para a formação de professores, as faculdades de Filosofia organizaram a disciplina Didática em uma mesma cadeira que contemplava a Didática Geral e a Didática Especial, ministradas por um único professor. Após esse primeiro período de funcionamento, a Didática Especial começou a se estruturar separadamente, com professores das diferentes áreas disciplinares, mas sem deixar de estar vinculada à área de Didática.

Essa ruptura deu-se pelo Parecer nº 292 do Conselho Federal de Educação, aprovado em 14 de novembro de 1962, quando foi extinta a cadeira de Didática Geral e Especial e foi criada a Prática de Ensino, que, desde então, “passou a reivindicar o tratamento das questões relativas ao ensino dos diferentes conteúdos escolares” (GARCIA, 1995, p. 81).

No caso da UFRJ e de outras universidades federais do País, as disciplinas de Prática de Ensino mantiveram-se atreladas às Faculdades de Educação com o objetivo de atuar na formação de professores da Educação Básica.

Ao longo dos anos, o Ministério da Educação vem tomando diversas medidas quanto à formação de professores. Em especial, pareceres mais recentes do Conselho Nacional de Educação têm regulado a carga horária de estágio supervisionado e abrindo demandas para os professores que atuam nesse componente curricular; em algumas universidades, dentro dessa mesma carga horária são oferecidas aos alunos as discussões outrora presentes nas disciplinas de Didática Especial de Matemática.

Nesse sentido, acreditamos que o conhecimento sobre a configuração da disciplina Didática Especial de Matemática e o trabalho desenvolvido por seus professores, em particular neste artigo o realizado pela professora Eleonora Lobo Ribeiro, permita elaborar compreensões

sobre papel do licenciando, refletir sobre as concepções a respeito da formação de professores de Matemática bem como sobre a relação das disciplinas pedagógicas com as demais disciplinas que fazem parte da formação do aluno e tornar essa formação cada vez melhor e mais atrelada à escola.

Agradecimentos

Agradecemos a Denise Moraes, assistente em Administração do Proedes, que nos auxiliou na consulta à documentação utilizada na pesquisa para este artigo.

Referências

ABREU, A. A. **Intelectuais e guerreiros**: o Colégio de Aplicação da UFRJ de 1948 a 1968. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1992.

AUTRAN, I. M. F. P.; LÜDKE, M. O curso de Licenciatura da PUC-Rio: Uma experiência a ser compartilhada. In: SOUZA, D. B.; FERREIRA, R. (Orgs.). **Bacharel ou Professor?** O processo de reestruturação dos cursos de Formação de Professores no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Quartet, 2000. p. 135-144.

BARALDI, I. M.; GAERTNER, R. A Cades e a formação de professores (de Matemática): textos e contextos de uma campanha. In: CONGRESO IBEROAMERICANO DE EDUCACIÓN MATEMÁTICA – CIBEM, 7., 2013, Montevideo. **Actas [...] Montevideo: CIBEM, 2013.** p. 4.819-4.826. Disponível em: <http://cibem.semur.edu.uy/7/actas/pdfs/378.pdf>. Acesso em: 29 fev. 2020.

BERTONI, N. E. Formação do Professor: concepção, tendências verificadas e pontos de reflexão. **Temas & Debates**, São Paulo, v. 7, p. 8-15, 1995.

BRASIL. Decreto n. 19.852, de 11 de abril de 1931. Dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro. **Diário Oficial**, 15 de abril de 1931, p. 580. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19852-11-abril-1931-510363-republicacao-85622-pe.html>. Acesso em: 19 mar. 2020.

BRASIL. Decreto-Lei n. 580, de 30 de julho de 1938. Dispõe sobre a organização do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. **Coleção de Leis do Brasil – 1938**, v. 3, p. 67. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-580-30-julho-1938-350924-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 19 mar. 2020.

BRASIL. Decreto-Lei n. 1.190, de 4 de abril de 1939. Dá organização à Faculdade Nacional de Filosofia. **Coleção de Leis do Brasil – 1939**, v. 4, p. 50. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1190-4-abril-1939-349241-norma-pe.html>. Acesso em: 03 jul. 2021.

BRASIL. Decreto-Lei n. 9.053, de 12 de março de 1946. Cria um ginásio de aplicação nas Faculdades de Filosofia do País. **Coleção de Leis do Brasil – 1946**, v. 1, p. 520. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9053-12-marco-1946-417016-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 19 mar. 2020.

BRASIL. Decreto n. 34.638, de 14 de novembro de 1953. Institui a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário. **Coleção de Leis do Brasil – 1953**, v. 8, p. 1622. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-34638-17-novembro-1953-329109-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 21 out. 2020.

CASTRO, F. M. de Oliveira. **A Matemática no Brasil**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

CERTEAU, M. **A escrita da História**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

DISTRITO FEDERAL. Decreto n. 5.513, de 04 de abril de 1935. Institui na cidade do Rio de Janeiro a Universidade do Distrito Federal e dá outras providências. Universidade do Distrito Federal. Rio de Janeiro: Oficinas Graphics do Jornal do Brasil, 1935, p. 3-12. In: FÁVERO, M. L. A.; LOPES, S. C. (Orgs.). **A Universidade do Distrito Federal (1935-1939): um projeto além de seu tempo**. Brasília: Liber Livro, 2009a. Anexo 1, p. 173-187.

DISTRITO FEDERAL. Instruções n. 1. Universidade do Distrito Federal. Rio de Janeiro: Oficinas Graphics do Jornal do Brasil, 1935, p. 3-12. In: FÁVERO, M. de L. de A.; LOPES, S. de C. (Orgs.). **A Universidade do Distrito Federal (1935-1939): um projeto além de seu tempo**. Brasília: Liber Livro, 2009b. Anexo 2, p. 189-202.

FÁVERO, M. L. A. **Universidade & Poder**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

FÁVERO, M. L. A. (Coord.). **Faculdade Nacional de Filosofia: Projeto ou trama universitária?** v. 1. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1989.

FÁVERO, M. L. A. **Universidade do Brasil: das origens à construção**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Inep, 2002. 2v.

FERNANDES, F. S.; ARAÚJO, P. H. S.; COSENZA, L. H. C. A. Didática Especial e História da Educação Matemática: contribuições de um estudo sobre a formação de professores de Matemática na Faculdade de Filosofia de Minas Gerais (Belo Horizonte, 1941-1954). **Acta Scientiae**, Canoas, v. 21, n. Especial, p.123-136, jun. 2019.

FONSECA, M. V. R. A história da disciplina acadêmica Didática Geral na Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi) da Universidade do Brasil: um olhar arqueológico. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 31, n. 55, p. 229-246, jan./mar. 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/39881/24748>. Acesso em: 24 maio 2019.

FRACALANZA, D. C. **A prática de ensino nos cursos superiores de licenciatura no Brasil**. 1982. 173f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1982. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/252554>. Acesso em: 03 jul. 2021.

FRANGELLA, R. C. P. Colégio de Aplicação e a instituição de uma nova lógica de formação de professores: um estudo histórico no Colégio de Aplicação da Universidade do Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 1., 2000, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: SBHE, 2000. p. 1-13. Disponível em: http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/134_rita_de_cassia_p.pdf. Acesso em: 4 out. 2019.

FRANGELLA, R. C. P. Formação docente e a emergência de uma nova identidade profissional – a revista *Escola Secundária* da Cades (1957-1963). **Teias**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 7-8, jan./dez. 2003. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/23966/16938>. Acesso em: 25 fev. 2020.

GARCIA, M. M. A. O campo da Didática no ensino superior brasileiro: um enfoque sócio-histórico. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 73-91, jan./jun. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoe realidade/article/viewFile/71748/40684>. Acesso em: 24 maio 2019.



JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, v.1, n. 1, p. 9-43, 2001. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38749>. Acesso em: 03 mar. 2020.

O JORNAL, 22 de setembro de 1959. **Novos Aspectos no Ensino da Matemática**. Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodo.aspx>. Acesso em: 21 out. 2021.

PAIM, A. Por uma Universidade no Rio de Janeiro. In: SCHWARTZMAN, S. (Org.). **Universidades e instituições científicas no Rio de Janeiro**. Brasília: CNPq, 1982. p.17-96.

PROGRAMA DE ESTUDOS E DOCUMENTAÇÃO EDUCAÇÃO E SOCIEDADE (PROEDES). **Documentos** CAP_P013_COE495.CAP_P048_PES040. CAP_P062_LIC011. CAP_P062_LIC012.CAP_P065_LIC089. CAP ENS 033_P033.

RIBEIRO, E. L. A. Escola Secundária e a Matemática. In: CONGRESSO NACIONAL DE ENSINO DA MATEMÁTICA NO CURSO SECUNDÁRIO, 1., 1955, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: Tipografia Beneditina, 1957a. p. 46-77.

RIBEIRO, E. L. Relatório das atividades docentes e discentes de Matemática e Física no Colégio de Aplicação da Faculdade Nacional de Filosofia no 1º período do ano de 1955. In: CONGRESSO NACIONAL DE ENSINO DA MATEMÁTICA NO CURSO SECUNDÁRIO, 1., 1955, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: Tipografia Beneditina, 1957b. p. 233-245.

RIBEIRO, E. L. A demonstração matemática na educação do adolescente. **Escola Secundária**, Rio de Janeiro, v. 5, p. 71-74, 1958.

ROMANELLI, O. O. **História da Educação no Brasil**. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

SALEM, T. Do Centro D. Vital à Universidade Católica. In: SCHWARTZMAN, S. (Org.). **Universidades e instituições científicas no Rio de Janeiro**. Brasília: CNPq, 1982. p. 97-134.

SAVIANI, D. Breves considerações sobre fontes para a história da educação. In: LOMBARDI, J. C.; NASCIMENTO, M. I. M. (Orgs.). **Fontes, história e historiografia da educação**. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 3-12.

SCHWARTZMAN, S. Introdução. In: SCHWARTZMAN, S. (Org.). **Universidades e instituições científicas no Rio de Janeiro**. Brasília: CNPq, 1982. p. 7-13.

SILVA, C. M. S. Formação de professores e pesquisadores de Matemática na Faculdade Nacional de Filosofia. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 117, p. 103-126, nov. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n117/15554.pdf>. Acesso em: 24 maio 2019.

SILVA, C. P. **A Matemática no Brasil: uma história de seu desenvolvimento**. Curitiba: Ed. da UFPR, 1992.

SOARES, F. Ensino de Matemática e Matemática Moderna em congressos no Brasil e no mundo. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 8, n. 25, p. 727-744, set./dez. 2008. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/3772/3682>. Acesso em: 02 abr. 2020.

**Submetido em 16 de Fevereiro de 2021.
Aprovado em 31 de Julho de 2021.**